

# A DISCIPLINA *ECONOMIA* *POLÍTICA* POR FLÁVIO BEZERRA DE FARIAS, O CAPITÃO QUE NÃO ABANDONA O BARCO

Por Samuel Costa Filho\*

**Resumo:** o presente artigo objetiva mostrar como se desenvolveu a disciplina Economia Política do curso de pós-graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão, ministrada pelo professor Flavio Bezerra de Farias. Destarte, o artigo aborda a gênese, o desenvolvimento das ciências econômicas ou economia política e a atualidade da formação social do capital. Na sequência, discorre sobre o método da obra "O Capital" (de Karl Marx), o estado capitalista contemporâneo, o processo de crise, bem como sobre a crise do capitalismo global como oportunidade histórica.

**Palavras-chave:** Economia política. Marxismo. Estado capitalista. Crise.

**Abstract:** this article aims to show how it developed the Political Economy discipline of post-graduate course in Public Policy at the Universidade Federal do Maranhão ministered by the teacher Flavio Bezerra de Farias. Thus, the paper discusses the genesis, the development of economic sciences or political economy and the actuality of capital social formation. Following, discusses the method of "The Capital" (Karl Marx), the contemporary capitalist state, the process of crisis and also on the crisis of global capitalism as a historic opportunity.

**Keywords:** Political Economy. Marxism. Capitalist State. Crisis.

## 1 Introdução

O domínio avassalador das ideias e abordagens pós-modernas formou um contexto pós-marxista que produziu novos valores e chegou ao ponto de fazer com que os partidos socialistas, principalmente na União Europeia, aplicassem as políticas neoliberais - um processo de demonização da classe trabalhadora e construção do pensamento único. Na área acadêmica, alguns cientistas mudaram de posições, passando a realizar abordagem reformista, abandonando o anterior método marxista. Adotar e permanecer fiel ao método de Marx foi uma tarefa realizada por poucos intelectuais da esquerda; o revisionismo dominou; apareceram as novas leituras críticas de O Capital; novas abordagens dos que sempre faziam críticas de senso comum, acenando para o processo de superação do método marxista - diversas explicações, comentários e críticas historicistas respaldadas na velha abordagem da tradição estruturalista que se apegava a superficialidades. A reivindicação de suposta ultrapassagem antológica e epistemológica exigia introduzir novas hipóteses e novas abstrações que ultrapassassem o que Marx elaborou em O Capital.

O objetivo desse artigo, portanto, é mostrar como foi desenvolvido o Curso de Economia Política ministrado pelo professor Flávio Bezerra de Farias, cujas publicações representam um trabalho que não somente apresenta o quadro geral e o significado das diferentes escolas que compõem a economia política, como aborda a questão do capitalismo, do Estado, a questão histórica e a luta revolucionária que continua de suma importância nessa fase da sociedade, na qual o capital tem aprofundado o processo de degradação do ser humano e da natureza.

Inicialmente, seguindo a metodologia da disciplina, a seção seguinte aborda a gênese, o desenvolvimento das Ciências Econômicas ou Economia Política e a atualidade da formação social do capital. Na sequência, discorre sobre o método da obra O Capital, o estado capitalista contemporâneo, o processo de crise, bem como sobre a crise do capitalismo global como oportunidade histórica.

## 2 A evolução da economia vulgar para a ciência econômica vulgar

O ensino da teoria econômica tem sido realizado conforme dois modelos diferentes: *Hard*

*Science* e *Soft Science*. O *Hard Science* leva o estudante a aprender e a se familiarizar com o estágio e as últimas teorias da economia, na denominada fronteira do conhecimento dessa disciplina, pressuposto segundo o qual ocorre uma superação positiva nas controvérsias que existem entre as diferentes escolas, com a ideia científica vencedora sendo incorporada ao estado atual da arte nas ciências econômicas - modelo típico do ensino da economia no mundo anglo-saxão. O estudo da história do pensamento econômico desmascara esta visão defendida pela *Hard Science*. Os cânones da superação positiva não são validados na área das ciências sociais. O estudo do **ser da natureza** é diferente do estudo do **ser social**, e inexistem regras de validação consensuais que resolvam as controvérsias no campo do estudo da Economia. Desse modo, faz-se necessário estudar e utilizar uma abordagem *Soft Science*. Assim, a dialética, como o método de tese e antítese, que acaba fazendo ainda uma síntese, pertence à abordagem *Soft Science*, pela qual os estudantes devem dominar os autores clássicos da economia (Smith, Marx, Keynes etc.), estudar a história econômica, a história do pensamento econômico e a teoria econômica atual. Um economista deve dominar tanto as ciências econômicas como a economia política (ARIDA, 1996).

Acontece que uma abordagem das ciências econômicas (em sentido amplo) pode ser explicada de outra maneira: a ciência econômica que compreende a economia política (em um sentido estrito - vulgar e clássica); a crítica à economia política; e a análise econômica (marginalista e keynesiana) (FARIAS, 2011).

A economia política divide-se em economia política burguesa vulgar e economia política clássica; a vulgar percebe apenas as formas imediatas, superficiais, o mundo da aparência se conformando com o mundo imediato. Um expoente desta corrente é Jean-Baptiste Say; já a economia política clássica passou a fazer ciência. Os clássicos tinham uma visão de mundo comprometida com os ideais da burguesia, considerando o capitalismo como o melhor sistema possível, a melhor forma de atender ao social, sendo, portanto, uma análise apaixonada e apologetica. David Ricardo é o maior dos economistas clássicos, que construiu um paradigma baseado no equilíbrio econômico no funcionamento do capitalismo; uma abordagem que

penetra no conjunto real e íntimo das relações de produção da sociedade capitalista em um nível muito superior aos economistas vulgares, mas servindo também para o uso e a defesa da burguesia, da sociedade capitalista que estava se formando (FARIAS, 2011).

A crítica da economia política de Marx representa uma análise científica em que aparece a essência contraditória do sistema capitalista (cf. FARIAS, 2011). Marx descobriu as leis econômicas do movimento da sociedade capitalista, revelando as relações que existem entre economia, política e luta de classes; explicando como se deu a formação, o desenvolvimento e a expansão desse modo de produção, que representa o modo de dominação da burguesia sobre o proletariado. Marx construiu o paradigma da dinâmica contraditória na abordagem do modo de produção capitalista; e foi em sua obra que o capital apareceu como totalidade concreta e exprimindo um processo dialético e histórico. Marx apreendeu o movimento da totalidade da formação socioeconômica capitalista a partir do método do concreto pensado, de uma maneira progressiva e, posteriormente, avançando para tratar dos elementos mais complexos e decisivos. Ele usou o processo analítico abstrato para desvendar a essência oculta através das diferentes mediações das relações sociais e da construção de fetichismos.

Essa abordagem da sociedade capitalista emprega um método que vai do simples ao complexo, do abstrato ao concreto no estudo da totalidade concreta da economia capitalista. Marx empregou usa o movimento de concretização progressiva em um processo em movimento, em mutação, que revela as contradições das relações da formação capitalista, mostrando que o capitalismo tem vida, isto é, ocorre uma gênese, desenvolve-se e no futuro terá uma morte. É uma formação econômica historicamente determinada que revela como contradição fundamental o caráter privado da propriedade e seu caráter social na produção, ou seja, a contradição entre burguesia e proletariado, que mostra o processo e a anarquia da produção (FARIAS, 1983a).

A ciência econômica assentada na análise econômica surgiu nas três últimas décadas do século XIX, via Escola Marginalista (análise superficial, subjetiva, com base no utilitarismo e que investiga o valor de troca abusando da matemática e se autodenominando economia pura, que provocou o retorno do domínio do paradigma do

equilíbrio geral na agora denominada Ciência Econômica, e somente encontrou uma oposição a suas ideias liberais nos anos 1930, quando surgiu a escola reformista keynesiana, que construiu o domínio do paradigma da instabilidade - uma opção reformista em oposição à opção revolucionária do marxismo (FARIAS, 2011). A revolução keynesiana apareceu defendendo a intervenção do Estado para salvar o capitalismo da crise, promover a paz social e atuar em favor e na defesa de uma economia monetária capitalista, com políticas reformistas, críticas à visão conservadora, já que acenava com políticas de atendimento ao social, respaldando a formação do Estado do Bem-Estar Social pela visão de mundo burguês educado.

A economia política que nasceu vulgar era uma técnica que observava os fatos que se apresentavam na superfície da sociedade capitalista, de uma forma isolada, unilateral ou particular; e que não conseguiu compreender e interpretar a nova realidade que se manifestava através das coisas (sociedade que começava a ser comandada pelo capital); e apresenta em suas análises as leis e as coisas como eternas e naturais. Era um estudo do empirismo e de um positivismo das aparências, usando uma lógica formal semelhante à aplicada na mecânica, como se o estudo do ser social pudesse ser realizado à semelhança do que ocorre com o estudo da física ou da biologia. Hoje, segundo Mészáros (2008), verifica-se o retorno e predomínio do discurso vulgar liberal conservador nas diferentes escolas liberais americanas. A ciência social objetiva e imparcial pós-moderna levou ao desuso de termos como burguesia, proletariado, capitalismo, tudo se tornou motivo para ser acusado de obsolescência e análise tendenciosa.

Uma abordagem aprioristicamente autocontraditória, contra-empírica e gritantemente ideológica pode ser apresentada como paradigma da metodologia isenta de pressuposições, fundamentada empiricamente, rigorosa, científica - como a própria objetividade não partidária (MÉSZÁROS, 2008, p.91).

A economia ortodoxa da atualidade retornou ao estudo de uma economia vulgar, especializando-se em elevado grau na construção ilusória do capitalismo financeiro global. Em uma pressuposta defesa científica de políticas liberais, esta abordagem foi realizada pelos novos economistas vulgares, por diferentes correntes, nas mais diversas universidades norte-americanas, constituindo-se num verdadeiro contra-ataque neoliberal que combatia as ações reformistas do

Estado do bem-estar social, apresentando uma falsa disputa do mercado contra o Estado, com uma abordagem de teoria liberal extremada procurando dismantelar o Estado providência, com o discurso da eficiência privada versus ineficiência pública, sem a mínima compreensão de que o Estado e o capital fazem parte de um todo orgânico. Esses analistas positivistas vulgares apresentam distintas versões de atuação do Estado: uma em que aparece o Estado que atrapalha o sistema capitalista; outra em que o Estado combate as crises; e outra ainda em que a intervenção do Estado foi a criadora do Estado do bem-estar social.

O domínio desses novos economistas vulgares iniciou nos anos 1960. Os monetaristas da Escola de Chicago, capitaneados pelo prêmio Nobel Milton Friedman, realizaram uma forte crítica à política de ativismo do Estado. Pouco tempo depois apareceu a Teoria da Escolha Pública, comandada por James Buchanan, que, em 1962, apresentou o Estado leviatã e defendeu o Estado mínimo, mostrando as falhas do Estado, devido à política de troca levar os indivíduos a buscar rent seeking, ou seja, a se tornar caçadores de renda de monopólio no setor público. Nos anos 1970, surgiu a Teoria da Regulação, que defendia a tese de que os órgãos reguladores priorizavam não os interesses da população, mas das empresas que teriam o dever de regular, sendo as agências reguladoras facilmente capturadas pelas empresas privadas as quais deveriam fiscalizar. Finalmente, ainda naquela década, surgiu a Teoria Novo-Clássica, do prêmio Nobel de 1995, Robert Lucas, e do Nobel de 2011, Thomas Sargent. Todas essas escolas, conforme Nassif (2007), eram ramos da teoria neoclássica e serviam para justificar cientificamente o neoimperialismo financeiro; formaram o contexto que impôs as políticas neoliberais de ajuste macroeconômico e a reforma do Estado como as únicas medidas corretas para os países da periferia do capitalismo. Nesse contexto, os bancos tornaram-se os maiores empregadores de economistas e começaram a dominar o discurso econômico, com a formação de departamentos econômicos, procurando influir nos rumos do debate econômico diário, onde seus economistas, especialistas da economia vulgar, somente compreendiam e elaboravam o tipo de análise requerida pelo setor financeiro e pela sua visão do mundo capitalista.

Os cursos de economia abandonaram as

análises críticas dos problemas econômicos, sociais e políticos e passaram a formar economistas vulgares especializados, que somente objetivavam melhorar a qualidade do processo de tomada de decisão financeira - trata-se dos famosos consultores ou analistas econômicos especializados em: operar metas cambiais; elaborar projetos de viabilidade econômica; analisar liquidez para concessão de crédito em todos os perfis de bancos; e montar estratégias de aplicação financeira para pequenos investidores.

No mundo da vulgaridade predominavam as medidas de política econômica da ciência econômica vulgar, que passou a recomendar (OLIVEIRA, 2009): liberalização: desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro; privatização: das empresas do Estado e de serviços públicos; políticas sociais focalizadas: mudança das abrangências e operação das políticas sociais; e práticas de atuação antiestatal: restringir as escolhas do governo em políticas de desenvolvimento.

Nesse cenário de desenvolvimento da ciência econômica ou economia política, é fácil verificar que uma definição de economia política não parece ser consensual; são diversas as definições. Entretanto, a economia política jamais poderá ser neutra e ficar indiferente às lutas de classe historicamente determinadas. Essa é uma questão que a ortodoxia sempre procurou esconder. Todavia, a abordagem crítica da economia clássica de Marx contém o método correto para a análise concreta das leis econômicas históricas e para descobrir a raiz do problema do capitalismo; serve ainda para levar à luta por uma utopia concreta, ou seja, por uma formação econômico-social que supere o capitalismo: o comunismo. Desse modo, parece claro que não existe uma definição válida para todos os tempos e lugares.

A posição crítica e revolucionária afirma que a economia política é uma ciência que apresenta a essência das leis do modo de produção capitalista. Como a economia política nasceu vulgar, com uma técnica que observava os fatos que se apresentavam na superfície da sociedade capitalista, de uma forma isolada, unilateral ou particular, não conseguiu compreender e interpretar essa realidade que se manifestava através das coisas; apresentava suas análises como coisas eternas e naturais, com um estudo do empirismo e de um positivismo das aparências, que domina a análise vulgar neoliberal.

Em Marx, a economia política é historicamente determinada pela necessidade social da mercadoria. Necessidade social que já foi atendida por outras formações sociais. Uma formação social é um fenômeno em movimento, que tem vida, se desenvolve e um dia morrerá. Marx realizou uma análise concreta de um fenômeno historicamente determinado que existia independentemente da percepção que os indivíduos tinham desse fenômeno; uma análise concreta de uma situação concreta; e mostrou que o ser social não tem a propriedade de revelar claramente e dizer o que ele representa, o que ele é, de uma forma imediata e que, na ciência, o método dialético histórico pode levar à compreensão do modo de produção capitalista.

### 3 A crítica da economia política: “O capital”

Os livros de Marx (1980) - “O capital” - apresentam análises críticas das abordagens que faziam uma apologia ao modo de produção capitalista. Marx também era crítico das visões de socialismo utópico (Proudhon), da análise positivista da economia política inglesa (Ricardo) e da filosofia do idealismo abstrato e totalizante (Hegel). Ele procurou realizar uma análise das relações sociais que surgem sob a forma de coisas e mostrar que o capital é uma relação social de produção. Conforme Costa (2000), Marx usou simultaneamente a dialética, o materialismo e a crítica evolucionária desse modo de produção para mostrar como ele é histórico e transitório. Marx utilizou um quadro que deu primazia ao ser social e distinguiu as formas aparentes das formas fundamentais. É famosa a sua afirmação de que se a aparência e a essência das coisas fossem confundidas, toda ciência seria supérflua. Assim, o método marxiano parte dos fenômenos superficiais, das formas fenomenais na busca da essência, do ser, da estrutura interna, e descobre a lei dos fenômenos que governam o mundo capitalista.

Entretanto, Marx buscava mais do que descobrir o núcleo; buscava revelar a consciência do comportamento do modo de produção capitalista; comportamento que ele procurava compreender para influir na luta de classes e na superação do capitalismo. Marx (1980) mostrou que, diferentemente das abordagens positivistas, o capital não é um simples objeto, um instrumento, uma máquina ou um equipamento que pertence ao capitalista. O capital significa uma relação social específica de produção, uma fase da história da

humanidade. Nos livros I e II, ele estuda o capital em geral, mostrando como os capitalistas dominam e exploram os operários assalariados (individual e no seu conjunto), na busca da extração das mais-valias absoluta e relativa. Assim, o capitalismo é um modo de produção que continua o processo de exploração e dominação de uma classe (os capitalistas) sobre as outras (os operários), ou seja, a história da humanidade continua na linha da história da exploração do homem pelo homem. Ocorre que somente através de análises científicas e críticas pode-se compreender e desvendar esse processo de exploração e dominação do capitalismo que encontra suporte e apoio do Estado liberal. Desse modo, Marx mostra a função da luta de classe como o motor da história; e, no capitalismo, é a classe do proletariado que é o sujeito revolucionário.

A partir de uma abordagem marxista, pode-se apreender os aspectos quantitativos e qualitativos do valor e, portanto, da mais-valia como formas sociais e históricas de exploração, que estão no fundamento da dominação burguesa. A partir desta base racional, é possível evitar dois novos fetichismos, não caindo nem na reificação concernente aos cognitivos inerentes à revolução científica e tecnológica, nem na mistificação concernente às inovações financeiras próprias à revolução que estabeleceu a hegemonia dos que personificam os capitais portadores de juros (FARIAS, 2003, p. 153).

No livro II, Marx (1980) estuda o processo de circulação do capital, apresenta o capital-dinheiro, o capital produtivo, o capital mercadoria, a rotação do capital e o processo de reprodução do capital social; e mostra como o capital é uma totalidade relativa para a realização da mais-valia. Marx realiza uma análise dos numerosos capitais em concorrência e a função do crédito para fazer uma análise completa da totalidade, apresentando determinações mais complexas e mais concretas até chegar à explicação do capital em geral; capital este que apresenta crises e, neste contexto, é onde aparece a explicação da queda da taxa média de lucros como uma causa de crise do capitalismo. Todavia, o mesmo Marx, em seguida, apresenta as soluções que o sistema emprega e que levam a uma desvalorização do capital e força a uma recomposição da superpopulação relativa para aumentar o grau de exploração da força de trabalho e como o capitalismo continua sua dinâmica de exploração.

O capitalismo é constituído pelos processos de produção e de circulação de mercadoria, em um conjunto que altera fases de expansão com fases

de contração da atividade econômica, próprias da natureza do capital, levando ao aparecimento de crises (questão que não foi totalmente desenvolvida por Marx, embora apareça em diversas passagens nos livros O Capital, dando margem às mais diversas interpretações).

O processo de gênese, desenvolvimento, movimento do capital e vigência do capitalismo não podem se desenvolver sem a presença de um Estado. Assim, a relação capital e Estado está entrelaçada no desenvolvimento do capital social total, com a Forma-Estado sendo um ser social, concreto, complexo e contraditório, fornecendo as condições prévias e as novas funções de que necessita o capital. O Estado planejador keynesiano representa apenas uma proposta reformista para que o sistema capitalista continue existindo.

Marx, na sua economia política, demonstra como o Estado que emerge das relações de produção é diferente do Estado apresentado por Hegel, para quem a mente humana (algum ideal, um conjunto das vontades humanas) criou o Estado. Para Marx, em condição normal, o Estado é a expressão política de dominação, é um instrumento essencial de dominação da classe capitalista, tendo os capitalistas e o Estado vínculos de classe. Embora não desenvolva uma teoria do Estado, a economia política de Marx não ignora a necessidade, a importância e o papel do Estado no sistema capitalista. Farias (notas de aula)<sup>1</sup> ressaltou que apenas ou simplesmente Marx abstraiu o Estado. Não que não soubesse e não fizesse parte dos seus planos tratar do Estado, pois ele tinha plena clareza do papel e do significado deste no modo de produção capitalista.

Viotti (1986, p. 96), ao tratar do Estado, conclui que,

Na economia clássica, a restrição do papel do Estado teve a função de limitar o poder das classes ainda dominantes não identificadas inteiramente com os interesses da acumulação de capitais. Já na economia neoclássica, estando o poder nas mãos da burguesia, o liberalismo representou um escudo ideológico contra as pressões dos trabalhadores por melhores condições de vida. No entanto, só na economia keynesiana, quando a crise dos anos trinta exigia introdução explícita do Estado, tanto na economia quanto no pensamento que a interprete, é que se torna mais fácil a compreensão do verdadeiro significado que o Estado capitalista sempre teve: a preservação e estímulo da acumulação de capital.

No estudo do capital, Marx iniciou do simples (abstrato) para o mais complexo. O capital como totalidade em movimento é um todo complementar

onde os capitalistas exploram os trabalhadores. No capitalismo ocorre também uma luta de concorrência intercapitalista. Nessa exploração dos operários e nas formas de luta entre os capitais, as diversas frações de complexidade do capital (bancário, comercial, agrícola, industrial) apresentam uma realidade que necessita pressupor a existência de um Estado.

No livro I, a categoria do Estado foi abstraída, mas o papel do Estado se fazia necessário (FARIAS, 2011): (a) porque o capitalismo foi gestado em um processo de acumulação primitiva (uso da força e da violência do Estado) para dar margem ao surgimento do capital; (b) na relação mercantil entre dois indivíduos, ou seja, na troca. Aqui o Estado é o elemento que mantém a condição prévia de garantir a relação de troca com igualdade, liberdade, e é o encarregado de emitir a moeda, o equivalente geral; e (c) na relação do capitalista com os operários, criando as leis e as normas e atuando sobre a regulação das atividades dos sindicatos. O Estado é o principal mediador das contradições entre o capital e o trabalho.

No livro II, também é fundamental a suposição de que existe um Estado no sistema capitalista: (a) no processo de circulação do capital, no qual ocorrem entrelaçamento de ciclo, divisão do trabalho entre capitalistas, articulação complexa da totalização dos círculos do capital onde o Estado determina as regras dos negócios no capitalismo, além da infraestrutura (energia, estradas, portos, comunicação), que também fica a cargo do Estado; (b) na rotatividade do capital (as máquinas e os equipamentos), com o Estado realizando investimentos de elevados volumes e rentabilidade pequena, desempenhando o papel de Estado capitalista, com suas empresas estatais; (c) no desenvolvimento da política científica e tecnológica, que desenvolve a tecnologia de apoio ao capital fixo e estimula o capital circulante, influenciando com sua ação para controlar o ritmo das crises ou equacionar problemas; (d) o Estado permite o aumento da rotatividade do capital via sua intervenção; (e) o Estado planejador direciona e estabelece as prioridades, tem papel para impulsionar um desenvolvimento mais equilibrado do capital; e (f) apresenta ainda o papel de mediador nas contradições que são próprias das relações e da competição intercapitalistas.

O Estado foi evoluindo e esse processo ocorreu desenvolvendo e consolidando a forma de Estado capitalista - uma instituição socialmente

necessária e de controle dos conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos (mediador dos conflitos). Em Marx, não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o seu Estado. Dado que no capitalismo o Estado surge da contradição entre os interesses comum de todos os indivíduos e representa o braço repressivo da burguesia, constitui-se elemento social dominado pela burguesia e mediador das contradições, agindo no interesse da burguesia. Não é sem razão que Lenin (apud FARIAS, 2011) disse ser a função primordial do Estado burguês a legitimação do poder, legalização e perpetuação da dominação capitalista. É a repressão para reforçar a reprodução da estrutura e das relações de classe do sistema capitalista, mas que assume a forma democrática como meio para oferecer a ilusão, o fetiche da participação da população, das massas no Estado.

#### 4 O estado capitalista contemporâneo

Marx (1980) desenvolveu uma análise do Estado e da sociedade civil que é produto das relações de produção que estabelecem os homens entre si, fundamentando uma estrutura econômica social real (base) que deu margem ao surgimento de uma superestrutura jurídica e política. Dadas as condições de produção historicamente determinadas, a consciência do homem passou a ser fruto da maneira de viver humana. Assim, é o modo de fazer a vida que determina a consciência humana e não a consciência humana que determina as condições de vida material e da existência humana. O Estado aparece como órgão de classe; órgão que possibilita à classe dominante manter o seu domínio em uma sociedade formada e dominada pelas desigualdades entre proprietários e não proprietários. O Estado mantém unida uma sociedade de desiguais, devido à sua pronta e eficiente ação; e é um instrumento de coerção em favor de uma classe, não existindo nem Estado bom nem Estado mau, pois o Estado perpetua a sociedade dividida em classes; é um órgão que atua para resolver controvérsias, mediando a resolução de controvérsias.

Marx (2005) contesta a obra de Hegel por ele não enxergar a realidade, não entender a diferença entre a monarquia e o Estado moderno, apresentando ainda uma visão distorcida do Estado, de que este representa e visa ao bem comum. Marx mostra que o Estado é apenas o

reflexo das relações sociais determinadas pela base econômica da sociedade; assim, passa a defender a democracia como forma de participação da coletividade no Estado, criticando a forma monárquica hegeliana, o voto indireto, por se revelar uma espécie particular de governar das classes dominantes. Ocorre que as visões do Estado superficial, isolado e abstrato são as que dominam a consciência dos homens, ou seja, a visão formalista, que apresenta um Estado que promove justiça, bem comum e paz; a dimensão jurídica (normas e ordenamento) e regulacionista (instrumento de capital), que são abordagens de Estado instrumentalista, funcionalista ou até positivista que predominam no cotidiano.

Farias vem ao longo de mais de 30 anos estudando a problemática do Estado no capitalismo. No livro "O estado capitalista contemporâneo", Farias (2000) realizou um estudo do Estado que aparece como ser social e histórico contemporâneo, que apresenta uma natureza social, concreta, complexa e contraditória. Ele busca estabelecer rigorosamente a dialética do Estado burguês partindo e retomando os pontos essenciais e fundamentais do método de Marx desenvolvido na sua crítica da economia política. Assim, a questão do Estado no método marxiano deve estudar, compreender e tratar das questões da aparência, genealogia, fetichismo, silogismo, teleologia, em um processo de elaboração crítica contra as visões regulacionistas.

Segundo Farias (2000), há a Forma-Estado (generalidade, abstração de aspectos gerais do fenômeno estatal no capitalismo); a Forma de Estado (particularidade: um Estado capitalista particular) e a Forma do Estado (singularidade: Estado capitalista particular de um país). No modo de produção e na formação sócio-econômica capitalista, o Estado é uma forma social que sofre variações temporais e espaciais; o Estado como totalidade e universalidade é um silogismo.

Na estrutura do Estado, o governo não deve ser confundido com o Estado, com o regime político. O fetichismo do Estado é a apresentação da objetividade sob a forma de máquina burocrática e administrativa e sua subjetividade sob a forma de democracia formal e da ideologia burguesa correspondente. Predomina uma reificação (coisificação) onde a falsa aparência do Estado aparece como tarefa de representar o interesse geral, embora trabalhe a correlação de forças burguesas e organize a sociedade, promovendo a

paz social em favor do capital.

A genealogia do Estado mostra que no Renascimento ocorreu a gênese da sociedade burguesa moderna e como neste contexto se deu o desdobramento desta sociedade civil e do Estado absolutista em Estado burguês. Hegel compreendeu que o Estado seria o elemento determinante da sociedade civil com um todo. O Estado seria o Deus aqui na terra. A sociedade civil seria determinada pelo Estado, com uma visão idealista do Estado (MARX, 2005).

Marx (2005) contesta a tese de Hegel e apresenta a tese da primazia da base no curso da evolução da história. A formação social e histórica chamada capitalismo apresenta um desenvolvimento contraditório. Marx estuda a ontologia do ser social, as totalidades concretas, as contradições e as oposições de classes que existem no sistema, as formas de aparência e resolução via mediações, as tendências e leis gerais.

Conforme Farias (2001a), o Estado, na época da mundialização do capital, deu margem a Habermas defender a tese de que no capitalismo recente a política reformista transformou o capitalismo e levou a uma pacificação do conflito de classe, devido ao surgimento de um intermediário, que é o novo Estado social, o qual superou a luta de classe, que deixou de ser o motor da história, passando, os movimentos sociais, a ser os motores da transformação e da história. A classe trabalhadora deixou de ser revolucionária e foi eliminada pelo Estado social. Habermas construiu dois mundos distintos, com seu Estado cosmopolita não sendo o único mundo social capitalista. Dessa maneira, Habermas não entende o aumento da intervenção do Estado na economia e sua atuação em favor do capital financeiro no processo de dominação do capital sobre o trabalho, para a permanência e continuidade do processo de valorização capitalista. Dado que o comunismo da União Soviética fora derrotado em um mundo que não existe uma oposição e alternativa prática real contra o capitalismo, os conservadores idealizaram um projeto do pensamento único, do Estado mínimo, no retorno e no reforço do paradigma ultraliberal e ultraconservador. Criou-se uma época que facilitou a atuação do Estado no processo de dominação de classe. Farias nega esta forma de Estado, com o modo estatal global, que não exclui o Estado-nação.

O mundo capitalista apresenta um desenvolvimento desigual como forma típica dessa formação sócio-histórica. Em um contexto de evolução capitalista e no seu processo de desenvolvimento, não é possível aceitar as utopias pós-marxista de Estado globalizado.

Na análise das formas estatais globais [...], percebe-se a pertinência da tese de que “apesar de todos os problemas que os efeitos econômicos do mercado mundial engendraram, as formas nacionais do capitalismo conseguiram manter-se” [...] contudo, as formas tendem a envolver num mesmo silogismo suas determinações universais, particulares e singulares [cf. Quadro 1] (FARIAS, 2009, p. 18).

**Quadro 1** - Elementos do império mundial existente

Universal	Particular	Singular
Forma global	Formas regionais	Formas nacionais
Imperialismo coletivo ideal planetário	.Imperialismo hegemônico central norte-americano .Subimperialismo central europeu .Subimperialismo periférico latino-americano	.Imperialismo estadunidense .Subimperialismo francês .Subimperialismo brasileiro

Fonte: Farias (2009, p. 18)

Esse pensamento pós-moderno faz a apologia de uma configuração estatal dada, elabora o retorno da ideologia do mercado autorregulável em uma sociedade sem história, e na defesa do Estado mínimo, cuja constituição formal garante a ordem, na medida em que nega toda substância material e social e engessa os movimentos sociais. De acordo com Farias (2001a), o papel espacial do Estado sob o aspecto da divisão internacional do trabalho situa-se para além do quadro nacional ou local, inserindo-se nas relações entre as nações e a globalização. Em uma mesma divisão social do trabalho, o Estado assume papel específico em um contexto de desenvolvimento desigual e combinado, tendo a questão estatal passado da regulação e da disciplina keynesiana para a pacificação e o controle das questões de polícia - repressão e controle.

A vitória da técnica e da ciência positivista capitalista permitiu: a generalização do desenvolvimento desigual, sob a forma de sociedade excludente; as práticas governamentais efetivamente munidas, que representam os interesses das empresas multinacionais e das instituições financeiras, e que têm que regular a economia internacional; o fim do nacionalismo real, recompondo a periferia, onde se abrem novas oportunidades para a ganância e para a guerra; e a

regulação tecnocrática do governo capitalista na nova ordem mundial, elevando a distância da soberania popular, do poder legislativo nacional e da subordinação do poder judiciário ao poder executivo.

Somente o estudo da teleologia do Estado capitalista revela como o Estado e o capital são formas cujas teleologias mudam, desde a gênese e o desenvolvimento (apesar do discurso dos apologistas do liberalismo ou da pregação dos reformistas sociais e democratas).

O estudo da questão fisco-financeira do Estado mostra que este depende da geração de recursos para que tenha condições de operar e representar o seu papel, que é simultaneamente material, social, espacial e histórico. Assim, o Estado tem condições de assumir o papel de mediador das contradições na sociedade capitalista. Entretanto, as relações entre o capital e o Estado são orgânicas e historicamente determinadas no tempo e no espaço. Somente o estudo da dialética estrutural (aparência e essência), dialética entre os aspectos fisco-financeiro (acumulação e legitimação), a reificação (personificação e fetichismo) e os aspectos teleológicos (sistêmicos e antissistêmicos) permite uma completa compreensão do Estado capitalista.

## 5 O processo de crise é típico do capitalismo

Para o estudo do capitalismo, Marx (1977, p. 226) apresenta um plano a adotar:

[...] 1º., as determinações abstratas gerais, convindo portanto mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas consideradas no sentido anteriormente referido; 2º., as categorias que constituem a estrutura interna da sociedade burguesa e sobre as quais assentam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. As suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas. A circulação. O crédito (privado). 3º., Concentração da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerado na sua relação consigo próprio. As classes <<improdutivas>>. Os impostos. A dívida pública. O crédito público. A população. As colônias. A emigração. 4º., Relações internacionais de produção. A divisão internacional do trabalho. A troca internacional. A exportação e a importação. Os câmbios. 5º., O mercado mundial e as crises.

Entretanto, uma série de problemas e o fato de Marx ter morrido impediram o grande mestre de continuar sua obra. Dessa maneira, ele jamais pôde elaborar uma teoria definitiva das causas da crise no capitalismo, porém, mostrou que somente no modo de produção capitalista existem crises. Ao estudar a essência desse sistema, Marx tinha a perfeita e plena compreensão de que, em virtude de



ser comandado pela lógica de acumulação de capital, ele apresentava uma dinâmica com fases de expansão e de contração; característica própria do capitalismo que era elemento do conhecimento de Marx.

Ao apresentar a dinâmica do capital nos livros I, II, III e na obra Teoria da Mais-Valia, Marx deixou pistas que deram origem às mais diferentes e diversas explicações sobre a crise no capitalismo. Farias (2011) realizou uma síntese sobre a questão das causas das crises, que revela uma abordagem que demonstra como Marx estudou as diferentes condições da crise capitalista, dividindo-as em três: (i) as condições permissivas das crises; (ii) as condições efetivas das crises; e (iii) as condições verdadeiras e fundamentais das crises. Nas condições permissivas das crises estão: (a) a moeda como possibilidade geral das crises (onde realiza uma análise crítica da lei de Say, além de ter dado importância ao papel da moeda como meio de pagamento); (b) a rotação do capital fixo (devido a não coincidência eventual do valor do capital fixo ser efetivamente substituído); e (c) as flutuações da taxa de salário (elevação progressiva dos salários).

Farias (1983b, p.1-13) também apresenta as causas efetivas das crises, ou seja, as causas aparentes: (a) o subconsumo, ou a insuficiência de demanda efetiva, que tanta fama deu aos keynesianos, embora também os marxistas, como Rosa de Luxemburgo, tenham tratado desse tema de problema de mercados; (b) a desproporção resultante da simples anarquia da produção capitalista: 2.1 - que pode resultar em desproporção entre os ramos de produção; 2.2 - que pode resultar da desproporção que condiciona a acumulação de capital e a repartição do produto entre as classes; (c) e a tese mais comentada de crise marxista, a baixa tendencial da taxa de lucros. Nesse ponto, Farias chama a atenção sobre como Marx, em capítulo seguinte, discorreu sobre os fatores contrários a essa lei, ou seja, as contratendências à queda na taxa de lucro. Nesse sentido, Farias (1983b) concluiu que os verdadeiros fundamentos das crises no sistema capitalista são: a contradição entre processo de produção e de circulação; a contradição entre processo de trabalho e de valorização; e as crises como soluções temporárias das contradições.

Farias, em seus estudos, como na questão do Estado, está assentado na ideia geral marxiana de primazia da base (técnica, e econômica) sobre a

superestrutura (direito, religião, ideologia, Estado). Conforme Farias (1983a), este método aparece como o adequado a ser utilizado para entender também o momento atual de crise do capital, e serve para realizar uma crítica contra a regulação da globalização ou mundialização (empregue o nome que queira para esta etapa do capital). O imperialismo da tríade Estados Unidos da América (EUA), União Europeia (UE) e Japão criou uma apologia via economistas reformistas que acreditam ser esse um processo inevitável do desenvolvimento do capital e um modelo insuperável, o **fim da história**. Esses cientistas pregavam que não existia necessidade histórica de superação radical da sociedade do capital, tese que foi largamente invalidada pelo hodierno processo de desenvolvimento do capitalismo.

A queda e a bancarrota do capitalismo global ainda não eliminaram o domínio do Estado e da ideologia neoliberal (principalmente na UE). No máximo, existe uma corrente lutando para dar explicações sobre a crise global que procura instalar um novo regime regulacionista para a retomada do crescimento do sistema capitalista. Esse “neo-idealismo regulacionista mantém o processo desigual e combinado no capitalismo, que necessita de perpetuação requerendo a manutenção da ordem” (FARIAS, 2009, p. 7).

O processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial foi muito mais aprofundado nessa etapa de mundialização imperialista, alargando o abismo que separa cada vez mais os países desenvolvidos e ricos dos países subdesenvolvidos e pobres nessa desordem do capitalismo financeiro mundial. Conforme Farias (2009, p. 6), faz-se necessário:

[...] reformar o capitalismo mundial para fazê-lo funcionar cada vez melhor, no interesse de toda a humanidade. Diante das desigualdades de repartição da riqueza, do desastre ambiental, das desordens financeiras e da ineficácia das políticas econômicas nacionais, alimentadas pelo fracasso das instituições internacionais, que não conseguiram viabilizar o seu projeto de nova arquitetura após a crise asiática, o “desafio” atual reside precisamente no processo que o idealismo hegeliano designava “negação da negação”.

Uma abordagem da aparência, positivista, que oculta a natureza histórica e orgânica do sistema capitalista, sua dinâmica, o fenômeno de exploração do proletariado na nova situação mundial de trabalho flexível, da sua maior mobilidade, cada vez mais pecuniário, procura encobrir um capitalismo como sistema fundamentalmente anárquico e que funciona em

benefício de uma classe, uma pequena minoria, a burguesia. Assim, a utopia de um governo mundial bem equilibrado, comandado pela triade EUA-UE-Japão, rapidamente é desmascarada e esgota-se (FARIAS, 2003).

A lógica da dialética marxista deve ser desenvolvida, atualizada e enriquecida. O marxismo revela as desigualdades e a diversificação da barbárie das relações sociais capitalistas, a exclusão do operariado, a nova reconfiguração do imperialismo com um novo papel para as formas estatais no seio de uma totalidade concreta, complexa e contraditória, mas que semeou muito a desordem, a miséria e o desemprego pelo mundo todo.

A totalidade do Estado e do capital continua produzindo desigualdade, oposição no processo de socialização humana, a lógica da dominação, e potencializando a via da dominação cultural burguesa. Assim, como afirma Farias (2009, p. 14): “O capitalismo liberal inovou em mitos e artimanhas que buscam quer segmentar o proletariado e impedi-lo de apreender sua própria vida de conjunto e subconjunto, quer ocultar suas realidades e práticas específicas.”

Entretanto, a sociedade capitalista necessita ser desnudada nos mais diversos mecanismos. Faz-se necessário estimular e levar os operários, a população e os movimentos sociais a refletir e entender a realidade de exploração humana, ambiental etc. que é realizada pelo e no capitalismo.

## **6 A crise do capitalismo global como oportunidade histórica**

Na realidade atual, embora o processo de globalização seja múltiplo (financeiro, comercial, produtivo, tecnológico, cultural etc.), as finanças internacionais têm-se desenvolvido de acordo com sua própria lógica e não mais em relação direta com o financiamento dos investimentos e do comércio em nível internacional, delineando um regime de acumulação mundial que adquiriu a marca, cada vez mais nítida, de um capitalismo predominantemente rentista e parasitário subordinado às necessidades do capital dinheiro (CHESNAIS, 1996).

Na crise atual, o reformismo entrou em ação para preservar o sistema capitalista e o Estado foi novamente chamado para salvar o capitalismo financeiro e garantir sua sobrevivência. Os programas de resgate do sistema financeiro foram

de tal monta que evitou uma depressão econômica. Todavia, como o processo não objetivou mudar o sistema e nem procurou penalizar os que causaram a crise, essa dinâmica rentista que produziu a crise logo retornou na Europa, levando os apologistas liberais e conservadores a apresentar as consequências da atual crise global não como prosseguimento e consequência dos estragos causados pela crise do capital iniciada em 2007, mas devido à ineficiência e à culpa do Estado do Bem-Estar Social e do keynesianismo, ou seja, passaram a afirmar que a crise não era do capitalismo e sim uma crise fiscal, crise do Estado, e fruto de má administração dos recursos públicos pelo Estado providência.

Acontece que as políticas postas em prática procuraram socializar os prejuízos e não penalizar os que construíram a catástrofe do capital. As revoltas dos “indignados” que se espalharam por diferentes países representam então uma afirmação da população de que estava percebendo que o capital financeiro continuava ganhando e transferindo os prejuízos para a sociedade, via políticas dos Estados do Bem-Estar Social para os ricos (BAUMAN, 2010). Dada a gravidade da crise e as incertezas que se apresentam, uma questão a ser respondida é o que nos reserva o futuro do capitalismo, bem como quais são as opções que existem, como os cientistas sociais estão realizando as análises e quais são as suas opiniões sobre o futuro do capital e da humanidade.

Para Bauman (2011), as notícias sobre a morte do capitalismo são um pouco exageradas; o sociólogo acredita na capacidade surpreendente de ressurreição e regeneração do capitalismo que é inerente a esse organismo parasitário, como afirmava Rosa Luxemburgo. Já Wallerstein (2011) defende que o capitalismo chegou ao fim da linha e que está condenado; resta saber o quê irá substituí-lo. Embora no fim, para Wallerstein, a questão que se apresenta é que o fim do capitalismo não será uma transição apocalíptica e a alternativa que surgirá dependerá das escolhas da humanidade. Tanto pode ser para uma linha mais igualitária, democrática e moral, como pode caminhar para um sistema muito pior: mais desigual, polarizado e explorador.

Para os economistas keynesianos e regulacionistas, a crise financeira global é decorrente da falta de moralismo nas práticas do setor financeiro e bancário, ou seja, da falta e da falha de regulamentação por parte do Estado. Dani

Rodrik (FUCS, 2011) constata que predominou o que ele denomina de hiperglobalização, centrada na abertura comercial e financeira que chegou a ameaçar a democracia e a soberania das nações; e defende que os países que se deram melhor nessa competição global foram os que se integraram gradualmente na economia mundial, utilizando as políticas industriais e comerciais para diversificar sua economia.

Bourdieu (2001) afirma que no processo de criação do euro os governos social-democratas e socialistas europeus foram levados a aceitar as mesmas tarefas que foram encomendadas aos governos conservadores neoliberais e, desse modo, promoveram um afastamento da política de uma parte cada vez maior dos seus cidadãos, abdicando de promover políticas públicas de coesão social mínima. Na linha marxista, Carcanholo (2011) defende que o quadro atual não representa uma crise final do sistema capitalista; trata-se do início do processo de colapso de uma etapa específica do capitalismo: do capital fictício e rentista. Para Carcanholo, o capitalismo infelizmente não acabou e continuará por muito tempo. Dierckxsens et al. (2010), por outro lado, afirmam que são múltiplas as crises que a humanidade enfrenta nesta segunda década do século XXI: crises no aspecto econômico-financeiro, na geopolítica, no campo militar, na área de energética, a crise alimentar, a grave crise ecológica, crise na questão de uma falta de ética sem precedente e também crise no campo social. Todo este contexto decorre do desenvolvimento do capitalismo, mormente ao longo das quatro últimas décadas que aprofundaram características instáveis da gênese do capital. Na realidade, afirma Fattorelli (2011), o que está ocorrendo é que os governos na fase de globalização passaram a conceder tudo aos bancos, impulsionando um processo de degradação da democracia, e realizaram políticas de salvamento dos bancos por intermédio de empréstimos junto a esses mesmos bancos. Assim, como num passe de mágica, os bancos se transformaram em credores desses mesmos Estados.

A Europa assiste atualmente, com anuência dos partidos de esquerda e da mídia, ao poder autoatribuído dos mercados financeiros para nomear e demitir governos, impor metas e políticas que reduzem os direitos dos cidadãos, tornando a economia e a sociedade meros dentes de uma engrenagem reprodutora do capital a juro. Conforme

Mészáros (2011), trata-se de um período sob o domínio do capital, que torna alienados e fetichizados o controle social que é exercido sobre o indivíduo e que subordina as funções reprodutivas sociais ao imperativo absoluto da expansão do capital. O tripé capital, trabalho e Estado constituem o mais dinâmico, o mais poderoso e o mais abrangente dos elementos de manutenção da formação econômico-social do capital, como estrutura totalizante de organização e controle da dinâmica da sociedade, que a tudo e a todos obriga a adaptar-se. Mais poderoso do que a religião, que perdoa os pecados, desde que o indivíduo confesse suas culpas, esse deus capital somente aceita a expansão e a acumulação do capital, não perdoando quem desobedece aos seus ditames. É um sistema que não apresenta limite para sua expansão, não objetiva o atendimento das necessidades humanas e sociais, mas sim criar as condições para sua necessidade de autorreprodução. Forças antagônicas gestadas no interior desta formação impedem o predomínio e a regulação do capital, pois é este capital que é globalmente dominante, ao ponto de levar à destruição e à degradação crescentes da força de trabalho e do meio ambiente.

O método de Marx - dialético e histórico - foi o caminho teórico usado para expressar uma concepção de mundo como totalidade orgânica. Esse método revela as leis universais e concretas, as leis do real e, ao mesmo tempo, as leis do pensamento que domina a sociedade sob o predomínio do capital. É um método que mostra as leis e o movimento do todo, tanto do real como do pensamento aparente, que apresenta a totalidade do organismo social com suas leis, revelando ainda as conexões internas que são necessárias para a compreensão dessa realidade, de um ponto de vista crítico, no processo e no movimento do capital.

Marx revelou que o capitalismo é um processo histórico em permanente mudança, com suas contradições e lutas dos contrários que possibilitam uma evolução da história. O capitalismo, ao superar e solucionar as contradições do Antigo Regime, permitiu a passagem de um estado de exploração do homem, já superado, para outro novo tipo de exploração. Nessa linha, as contradições não foram excluídas ou minimizadas, transformaram-se e sugeriram novas e maiores contradições em um sistema, que ocorrem e se resolvem no interior da sociedade do

capital - uma sociedade capitalista que tenta se mostrar como uma forma de sociedade permanente, como se não existisse possibilidade de outra forma de sua superação, sendo a forma definitiva e mais evoluída de convivência que a humanidade pode permitir, não podendo atingir um novo estágio. Nesse processo, a mediação tem servido como categoria exclusiva de alienação, fetichização do mundo do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Desse modo, o método positivista e os revisionistas da burguesia não compreendem a atual crise que assola a economia burguesa. O capital e o capitalismo estão em crise e seus ideólogos não apresentam qualquer contribuição digna de consideração; estão a pregar mais do mesmo, piorando o problema da grave crise estrutural do seu “perfeito”, “natural” e “a-histórico” sistema econômico. A farsa do fim da história, do fim das ideologias, a farsa da vitória da globalização virtuosa é que revela a crise estrutural da atualidade do capital. É urgente o retorno a Marx. Nessa linha, Febbro (2012, n.p.) sinaliza um caminho a ser seguido:

Há textos filosóficos de Karl Marx que não são muito conhecidos e nos quais Marx queria a realização total do indivíduo fora dos circuitos mercantis: no amor, na relação com os outros, na amizade, na arte. Poder criar o máximo a partir das disposições de cada um. Talvez seja o caso de recuperar esse relato do Marx filósofo e esquecer o do Marx marxista.

O capitalismo planetário parece estar em fase terminal ou vai durar muito tempo? É uma pergunta que ninguém na sociedade sabe responder. Não parece existir luta pelo desmoronamento da civilização do capital, que apresenta perspectivas de desdobramentos terríveis, podendo caminhar para a barbárie social ou para a humanidade ter condições de construir e buscar alternativas sociais.

O problema é identificar se atualmente existe luta e se é possível identificar a disputa de projetos de sociedade (MONTAÑO, 2002). O capital e o projeto neoliberal criaram uma sociedade composta por indivíduos cada vez mais hedonistas, egoístas, consumistas, frívolos, obcecados pelos objetos inúteis e pela imagem, pelo que está na moda. O objetivo de vida na modernidade liberal é produzir, consumir e enriquecer - uma forma de viver medíocre.

Os cientistas reformistas não apresentam potencial para conter os aspectos destrutivos do capital. Um projeto revolucionário tem a obrigação

de avançar e construir uma alternativa que deve se concentrar para vencer a batalha de ideias para a construção de uma sociedade alternativa.

## 7 Conclusão

A discussão da gênese, desenvolvimento e atualidade da formação social do capital demonstrou a forma vulgar da economia política, em sentido amplo, procurando aprofundar a visão dos alunos a respeito dos métodos empregados, com os economistas clássicos representando a defesa do modo de produção capitalista, realizando uma abordagem que implicou em uma visão que passou a ser a dominante e na linha positivista, que defende uma abordagem técnica e neutra, a externalidade do Estado em relação ao capital. O método positivista deu margem a diferentes escolas de economia que caminham para o retorno, na atualidade, do domínio da economia vulgar, que representa uma apologia da globalização e da mundialização do capitalismo financeiro, das ideias neoliberais.

Neste artigo também se apresentou a força maior do curso, que foi desenvolvido a partir do método da obra “O Capital”, ou seja, de uma análise crítica de todas as abordagens apologéticas anteriores, mostrando simultaneamente a dialética/materialista e a crítica revolucionária contra este modo de produção capitalista, que é histórico e transitório, que utiliza o fetiche para dominar o ser social e sua consciência, e cujo funcionamento é de difícil compreensão. Demonstrou-se, ainda, a abordagem de Farias a respeito do Estado capitalista contemporâneo como entidade de natureza social, concreta, complexa e contraditória; bem como a questão das crises como elemento típico da sociedade capitalista. Assim, pode-se inferir que o método de Marx é revolucionário e também visa estimular a superação do modo de produção do capital. Destarte, conclui-se que a disciplina Economia Política - objeto deste artigo - demonstra a fragilidade dos questionamentos, das modificações e das críticas à obra “O Capital”, de Karl Marx; e que mesmo diante do domínio da era de pós-modernidade, o professor Farias continua sendo um cientista que não se encantou com o sucesso das abordagens neutras, técnicas, nem com o as abordagens revisionistas que procuraram desqualificar, modificar a abordagem de Marx em sua crítica da economia política ●

**Nota:**

(1) Notas de aula da disciplina Economia Política, do Doutorado em Políticas Públicas, ministrada pelo professor Flavio Bezerra de Farias, em São Luís, na UFMA, no segundo semestre de 2011.

**Referências**

ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, J. M. (Org.). Retórica na economia. São Paulo: Editora 34, 1996.

BAUMAN, Z. Capitalismo parasitário. São Paulo: Zahar, 2010.

BAUMAN, Z. Contra o capitalismo, Bauman convoca à imaginação. 29 out. 2011. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/10/29/para-superar-capitalismo-bauman-convoca-a-imaginacao/>>. Acesso em: 29 out. 2011.

BOURDIEU, P. Contrafogos 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARCANHOLO, R. A. A atual crise capitalista. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000140749ff5409070d3d>>. Acesso em: 03 fev. 2011.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, F. N. Economia em 10 lições. São Paulo: Makron Books, 2000.

DIERCKXSENS, W. et al. Século XXI. Goiânia: Cepec, 2010.

FARIAS, F. B. Os elementos do capital produtivo individual e do capital social. São Luís: Nepes, 1983a. (mimeo).

FARIAS, F. B. Introdução à economia II. São Luís: Nepes, 1983b. (mimeo).

FARIAS, F. B. O estado capitalista contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2000.

FARIAS, F. B. A globalização e o estado cosmopolita. São Paulo: Cortez, 2001a.

FARIAS, F. B. A descoberta do estado brasileiro. In: LIMA, M. C. (Org.) O lugar da América do Sul na nova ordem mundial. São Paulo: Cortez, 2001b.

FARIAS, F. B. A economia política do financeiro. Revista Políticas Públicas, São Luís, v. 7, n. 2, p. 141-174, jul.-dez., 2003.

FARIAS, F. B. A crise do capitalismo global. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. Anais... São Luís: UFMA, 2009. v. 1. p. 2-27.

FARIAS, F. B. Economia política. Notas de aula. Disciplina ministrada no Doutorado em Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2011.

FATTORELLI, M. L. A crise da dívida dos EUA. 08 ago. 2011. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2011/08/a-crise-da-divida-dos-eua-por-maria-lucia-fattorelli/>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

FEBBRO, E. Contra o estrago do liberalismo, recuperar o Marx filósofo. 05 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19334](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19334)>. Acesso em: 05 jan. 2012.

FUCS, J. Dani Rodrik: "A globalização foi longe demais". Época, 12 abr. 2011. Negócios & carreira. [online]. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI224639-15259,00-DANI+RODRIK+A+GLOBALIZACAO+FOI+LONGE+DEMAIS.html>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. H. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. Ideologia e ciências sociais. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social. São Paulo: Cortez, 2002.

NASSIF, L. Os cabeças-de-planilha. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

OLIVEIRA, F. A. Economia e política das finanças públicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.

VIOTTI, E. B. A economia e o estado capitalista. Petrópolis: Vozes, 1986.

WALLERSTEIN, I. O tempo em que podemos mudar o mundo. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/10/14/o-tempo-em-que-podemos-mudar-o-mundo/>>. Acesso em: 14 out. 2011.

**\*Professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, mestre em Economia/UFC-CAEN e doutorando em Políticas Públicas no Dinter Universidade Federal do Piauí/Universidade Federal do Maranhão.**